



## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **Refinaria de Petróleos de Mangueiros S.A. “Em recuperação judicial”**, com sede na Avenida Brasil, 3141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros, sob o código RPMG3. A **Refinaria de Petróleos de Mangueiros S.A. “Em recuperação judicial”** é controlada pela XOROQUE Participações S.A. companhia de capital fechado.

A **Refinaria de Petróleos de Mangueiros S.A. “Em recuperação judicial”** tem por objeto social: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleo e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não obstadas por ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleo cru, venda de derivados de petróleo no País e sua exportação, quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino; e (iv) armazém geral.

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em **17 de março de 2017**.

### **1.1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Em 15 de maio de 2015 a Refinaria de Petróleos de Mangueiros S.A. – Em Recuperação Judicial, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados e dos vencimentos das obrigações operacionais e fiscais, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 59 Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação” – Processo no 0220184-63.2015.8.19.0001, em conjunto com as suas controladas Mangueiros Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial, Mangueiros Química S.A. – Em Recuperação Judicial e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05.

A Administração da Refinaria de Petróleos de Mangueiros S.A. e suas controladas entendeu que, diante dos desafios decorrentes sua situação econômico-financeira e principalmente pelo decreto de desapropriação da Companhia expedido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para a preservação da continuidade dos negócios e proteção dos interesses da Companhia e stakeholders.



## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. BASE DE PREPARAÇÃO**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na **Nota 3**.

#### **(a) Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as praticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para as demonstrações individuais e consolidadas e as normas internacionais de relatório financeiro (international Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – (IASB)) para as demonstrações consolidadas e, evidenciam somente as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **(b) Demonstração do valor adicionado**

A apresentação da demonstração do valor adicionado – DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas praticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias Abertas. Para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.



## 2.2. CONSOLIDAÇÃO

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

### (a) Controladas

Controladas são todas as Sociedades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda no ativo transferido.

Nas demonstrações contábeis da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2016 de 2015 as demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações contábeis da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – e “Em Recuperação Judicial” e das controladas:

Empresas	Participação no capital
Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial.	99,04%
Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial. (*)	100,00%
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. – Em Recuperação Judicial.	1,00%
<b>(*) Empresa com atividade operacional paralisada.</b>	

## 2.3. CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

### (a) Moeda funcional

A moeda funcional da **REFINARIA DE PETRÓLEO DE MANGUINHOS S.A. “Em Recuperação judicial”** e de suas controladas no Brasil é o real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.





## **(b) Transações e saldos**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas em moeda funcional, são convertidos pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

### **2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com prazos de vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações.

### **2.5. Contas a Receber de clientes**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (impairment) é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

### **2.6. Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques “custo médio ponderado”. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração.



## **2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes**

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por: PIS, COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, CIDE, imposto de renda e outros impostos a recuperar.

As despesas antecipadas representam principalmente despesas com seguros inerentes às operações da Companhia.

## **2.8. Imobilizado**

### **i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

### **ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### **iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.



### **2.9. Contas a pagar fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o final do exercício subsequente (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **2.10. Empréstimos e Financiamentos**

Empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após o término do exercício seguinte à data de encerramento do balanço das informações anuais.

### **2.11. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma serie de obrigações similares, a probabilidade de liquidar é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo com a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.





As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor em dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação quando em atraso é reconhecida em resultado como despesa financeira.

#### **2.12. Reconhecimento da receita**

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas e contabilizadas e os descontos sobre venda quando conhecidos.

##### **(a) Venda de Produtos**

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e (iii) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

##### **(b) Receita Financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que apresentam probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão descritas abaixo:

##### **(a) Provisão para perdas de estoques**

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.



**(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

**(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimento passado, é provável uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: **(a)** prazo de prescrição quando aplicável e **(b)** conclusões de inspeções fiscais.

**4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Uma das principais responsabilidades da administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de crédito e de liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações financeiras, cujos riscos são administrados por meio de estratégias e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

**4.1 Riscos de crédito**

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o rating de crédito é revisto regularmente.



## 5. CONTAS A RECEBER.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contas a Receber – Mercado Interno	1.454	25.352	1.801	28.199
Contas a Receber partes relacionadas (nota 10)	249.428	35.429	233.189	19.190
Duplicatas Descontadas	-	-	(60)	(98)
	250.882	60.781	234.930	47.291
(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Contas a Receber - Mercado Interno	(1.454)	(1.454)	(1.581)	(3.750)
Contas a Receber - Controladas	(16.239)	(16.239)	-	-
	<b>(17.693)</b>	<b>(17.693)</b>	<b>(1.581)</b>	<b>(3.750)</b>
<b>Circulante</b>	<b>233.189</b>	<b>43.088</b>	<b>233.349</b>	<b>43.541</b>

### 5.1. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	(17.693)	(17.521)	(3.750)	(3.390)
Adições	-	(1.454)	-	(1.702)
Reversões	-	1.282	2.169	1.342
<b>Circulante</b>	<b>(17.693)</b>	<b>(17.693)</b>	<b>(1.581)</b>	<b>(3.750)</b>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para créditos de difícil realização e de acordo com avaliação da Administração da Companhia é suficiente para cobertura de eventuais perdas.

### 5.2. Contas a receber por idade de vencimento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
A vencer	186.521	37.298	186.741	37.621
Vencidos até 30 dias	42.363	5.790	42.363	5.950
Vencidos de 31 a 60 dias	4.305	-	4.305	68
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	-	-
Vencidos acima de 91 dias	17.693	17.693	1.581	3.750
<b>Circulante</b>	<b>250.882</b>	<b>60.781</b>	<b>234.990</b>	<b>47.389</b>



## 6. ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Matéria-prima	12.173	7.094	12.173	7.094
Estoque próprio em poder de terceiros (i)	75.836	1.295	75.897	1.287
Produtos acabados	13.930	3.736	23.205	12.607
Almoxarifado de manutenção	-	1	-	1
Remessa para Industrialização	-	12.166	-	12.166
<b>Circulante</b>	<b>101.939</b>	<b>24.292</b>	<b>111.275</b>	<b>33.155</b>

(i) Referem-se aos estoques de matéria prima armazenados em depósitos de terceiros.

Existem estoques de terceiros em poder da Companhia, cujo montante consolidado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$ 80.044 mil e R\$ 55.008 mil, respectivamente.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ICMS a Recuperar	-	3.604	105	3.633
CIDE a Recuperar	-	1.165	-	1.165
PIS sobre insumos	-	-	1.737	1.707
COFINS sobre insumos	-	-	7.992	7.855
Outros	-	3	-	3
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>4.772</b>	<b>9.834</b>	<b>14.363</b>

## 8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Outros valores a receber (i)  ( Nota 11)	46.535	44.010	46.712	44.679
Títulos a receber - Precatório	795	23.436	795	23.436
<b>Circulante</b>	<b>47.330</b>	<b>67.446</b>	<b>47.507</b>	<b>68.115</b>



- (i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações referentes a contas a pagar e a receber e ao gerenciamento de saídas e entradas de recursos no caixa da Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A. “Em Recuperação Judicial” e suas controladas.

## 9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Adiantamentos a Fornecedores (i)	47.717	5.608	50.465	8.591
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(305)	(305)	(3.044)	(2.990)
<b>Circulante</b>	<b>47.412</b>	<b>5.303</b>	<b>47.421</b>	<b>5.601</b>

- (i) Representado basicamente pela aquisição de matéria prima para produção de Gasolina.

### 9.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS EM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Saldo inicial	(305)	(700)	(2.990)	(3.343)
Adições	-	(305)	(223)	(347)
Reversões	-	700	169	700
<b>Circulante</b>	<b>(305)</b>	<b>(305)</b>	<b>(3.044)</b>	<b>(2.990)</b>



## 10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

	Contas a Receber		Contas a Pagar		Empréstimos a Pagar		Empréstimos a Receber	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Manguinhos Distribuidora S.A.	15.992	15.992	-	-	41.558	41.558	4.365	1.946
Manguinhos Química S.A.	247	247	-	-	-	-	722	233
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo	-	-	-	2	-	-	7.594	7.374
Fera Lubrificantes Ltda.	149.804	19.190	-	39.049	-	-	-	-
AML Logística S.A.	-	3.287	330	2.083	-	-	-	-
Yield Financial Services S.A. (i)	46.535	44.010	-	-	-	-	-	-
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	83.385	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>295.963</b>	<b>82.726</b>	<b>330</b>	<b>41.134</b>	<b>41.558</b>	<b>41.558</b>	<b>12.681</b>	<b>9.553</b>

  

	Estoque		Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC		Receitas		Despesas	
Descrição	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	01.01.2016 31.12.2016	01.01.2015 31.12.2015	01.01.2016 31.12.2016	01.01.2015 31.12.2015
Manguinhos Distribuidora S.A.	617	309	7.002	7.002	-	-	-	-
AML Logística S.A	-	-	-	-	-	-	19.071	24.605
JMAGRO Consultoria e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	-	-	-	354	354
GMAGRO Transportes Rodoviários EIRELI	-	-	-	-	-	-	36	-
Fera Lubrificantes Ltda.	134	-	-	-	792.886	622.713	-	-
Martinez, Andrade e Cesnik Advogados Associados	-	-	-	-	-	-	2.990	1.508
Yield Financial Services S.A.(i)	-	-	-	-	-	-	26	-
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	22.868	41	-	-	441.987	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23.619</b>	<b>350</b>	<b>7.002</b>	<b>7.002</b>	<b>1.234.873</b>	<b>622.713</b>	<b>22.477</b>	<b>26.467</b>

(i) A Empresa Yield Financial é sucessora da empresa Brickell Fomento Mercantil Ltda.



## 11. INVESTIMENTOS

As participações diretas da Companhia estão demonstradas abaixo:

<u>Empresas Controladas</u>	<u>CONTROLADORA</u>					
	<u>Capital Social</u>	<u>Passivo a Descoberto</u>	<u>Resultado do Exercício</u>	<u>% de Participação</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>31.12.2016 31.12.2015 Valor do Investimento</u>
Manguinhos Distribuidora S.A. "Em Recuperação Judicial"	120.548	(141.452)	(17.624)	99,04%	(17.454)	(141.452) (123.998)
Manguinhos Química S.A. "Em Recuperação Judicial"	5.749	(22.261)	(7.611)	100,00%	(7.611)	(22.260) (14.649)
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. "Em Recuperação Judicial"	4.500	(261)	(4.167)	1,00%	(233)	(261) (28)
	<u>130.797</u>	<u>(161.773)</u>	<u>(29.402)</u>	<u>-</u>	<u>(25.298)</u>	<u>(163.973) (138.675)</u>

## 12. IMOBILIZADO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Compõem com segue:

### CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.181	27.091	129.427	18.239	25.714	5.867	288	10.055	29.428	341.290
(+) Adições	-	-	52	694	-	25	151	70	-	992
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.181	27.091	129.479	18.933	25.714	5.892	439	10.125	29.428	342.282

### DEPRECIACÃO ACUMULADA - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Vida útil dos ativos imobilizados		10 a 30 anos	10 a 30 anos	6 a 8 anos	6 a 8 anos	2 a 6 anos	5 anos	1 a 3 anos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(20.537)	(100.022)	(11.667)	(19.281)	(5.683)	(288)	(10.041)	(4.946)	(172.465)
(+) Adições	-	(1.150)	(11.715)	(1.851)	(2.085)	(124)	(151)	(35)	(1.181)	(18.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(21.687)	(111.737)	(13.518)	(21.366)	(5.807)	(439)	(10.076)	(6.127)	(190.757)

### IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.181	6.556	29.405	6.572	6.432	184	-	14	24.482	168.826
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.181	5.404	17.742	5.415	4.348	85	-	49	23.301	151.525





CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONSOLIDADO										
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.035	28.238	130.933	19.377	26.266	6.466	377	10.476	30.562	355.730
(+) Adições	-	-	52	694	-	25	151	81	-	1.003
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.035	28.238	130.985	20.071	26.266	6.491	528	10.557	30.562	356.733

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - CONSOLIDADO										
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Vida útil dos ativos imobilizados		10 a 30 anos	10 a 30 anos	6 a 8 anos	6 a 8 anos	2 a 6 anos	5 anos	1 a 3 anos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(21.681)	(101.451)	(12.799)	(19.834)	(6.282)	(377)	(10.462)	(6.077)	(171.963)
(+) Adições	-	(1.150)	(11.715)	(1.852)	(2.085)	(125)	(151)	(36)	(1.181)	(18.295)
Saldos em 30 de dezembro de 2016	-	(22.831)	(113.166)	(14.651)	(21.919)	(6.407)	(528)	(10.498)	(7.258)	(197.258)

IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO										
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equipamento Armazenamento Transferência	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.035	6.557	29.482	6.578	6.432	184	0	14	24.485	176.767
Saldos em 30 de dezembro de 2016	103.035	5.407	17.819	5.420	4.347	84	0	59	23.304	159.475

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos e Financiamentos Bancários ( <b>nota 13.1</b> )	4.686	3.177	18.424	24.746
Contrato de Mútuo	-	-	1.567	1.567
<b>Circulante</b>	<b>4.686</b>	<b>3.177</b>	<b>19.991</b>	<b>26.313</b>

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos e Financiamentos Bancários ( <b>nota 13.1</b> )	6.691	6.691	11.879	19.706
Empréstimos Intercompany ( <b>nota 10</b> )	41.558	41.558	-	-
Empréstimos com Pessoa Jurídica	-	-	15.650	-
<b>Não Circulante</b>	<b>48.249</b>	<b>48.249</b>	<b>27.529</b>	<b>19.706</b>

#### 13.1. COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Agro Brasil e Precatórios Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não padronizados ("Fundo Agro") ( <b>i</b> )	4.686	3.177	4.686	3.177
Banco Banrisul	-	-	-	6.257
Banco Melrose Sofisa	-	-	4.755	4.755
Banco BVA	-	-	2.064	2.064
BIC Banco	-	-	2.610	2.610
Banco Credimix	-	-	-	1.565
Banco Intermedium	-	-	1.626	1.626
Banco Daycoval	-	-	1.047	1.047
Banco Cédula	-	-	826	826
Banco Safra	-	-	614	614
Banco Opinião	-	-	196	196
Outros	-	-	-	9
<b>Circulante</b>	<b>4.686</b>	<b>3.177</b>	<b>18.424</b>	<b>24.746</b>



Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Agro Brasil e Precatórios Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não padronizados ("Fundo Agro") <b>(i)</b>	6.691	6.691	6.691	6.691
Banco Banrisul <b>(ii)</b>	-	-	-	6.730
Banco Melrose Sofisa	-	-	2.830	2.830
Banco BVA	-	-	1.380	1.380
BIC Banco	-	-	626	626
Banco Credimix <b>(ii)</b>	-	-	-	1.097
Banco Daycoval	-	-	352	352
<b>Não Circulante</b>	<b>6.691</b>	<b>6.691</b>	<b>11.879</b>	<b>19.706</b>

- (i)** Em 03 de novembro de 2011, o Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco KDB") transferiu eletronicamente a cédula de crédito ao Agro Brasil e Precatórios Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não padronizados ("Fundo Agro"), por meio do sistema de negociações da CETIP S.A. - PIERCADOS ORGANIZADOS.
- (ii)** Os empréstimos bancários com o Banco Banrisul e Banco Credimix foram transferidos pelas referidas instituições através de instrumento particular de cessão e aquisição de créditos e outras avenças.



#### 14. IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>Estadual</b>				
ICMS ST a Recolher	1.358.711	409.450	1.367.058	417.797
ICMS a Recolher	186.562	294.669	194.301	296.344
	<b>1.545.273</b>	<b>704.119</b>	<b>1.561.359</b>	<b>714.141</b>
<b>Federal</b>				
CIDE a Recolher	53.912	28.415	53.912	28.415
PIS e COFINS a Recolher	123.029	54.316	147.274	55.112
Contribuições Sociais a Recolher	29.050	4.193	29.329	4.459
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	2.053	1.926	2.501	2.375
REFIS Federal <b>(a)</b>	43.591	43.590	43.851	43.852
Imposto de Renda e CSLL a Recolher	31.567	26.302	47.008	26.434
Parcelamento ANP <b>(b)</b>	600	600	719	719
Parcelamento CVM	271	-	271	-
Outros	-	36	1.113	49
	<b>284.073</b>	<b>159.378</b>	<b>325.979</b>	<b>161.415</b>
<b>Municipal</b>				
ISS	301	247	319	266
	<b>301</b>	<b>247</b>	<b>319</b>	<b>266</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.829.647</b>	<b>863.744</b>	<b>1.887.657</b>	<b>875.822</b>

  

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Parcelamentos – ANP <b>(b)</b>	1.206	1.807	1.443	2.150
Parcelamento - CVM	725	-	725	-
Parcelamento da Lei 7.166 /15 – ICMS <b>(d)</b>	584.915	-	586.009	-
Impostos Diferidos <b>(c )</b>	41.273	46.461	41.273	51.249
Outros Parcelamentos	-	-	441	682
<b>Não Circulante</b>	<b>628.119</b>	<b>48.268</b>	<b>629.891</b>	<b>54.081</b>



A Companhia, desde a publicação do Decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro, passou a enfrentar dificuldades operacionais, quanto ao não cumprimento de algumas obrigações que levaram a solicitar recuperação judicial. Nesse sentido, a Administração da Companhia através de seus assessores jurídicos, no intuito de resguardar os direitos dos acionistas, vem trabalhando na reversão dos fatos acima e também na reparação das perdas / prejuízos ocasionados. Através do processo - Ação Indenizatória nº 0420150- 07.2015.8.19.0001 – 2ª Vara de Fazenda Pública e Processo de anulação do decreto de desapropriação no STF nº ACO 2162/SP.

**(a) Programa de recuperação Fiscal - Parcelamento Especial (Lei nº11. 941/2009)**

O Parcelamento Especial instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4) é um regime especial de regularização dos débitos de qualquer natureza junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através de pagamentos de parcelas mensais, em até 180 prestações.

Visando migrar os parcelamentos existentes anteriormente de débitos fiscais e previdenciários federais, inclusive os inscritos na dívida ativa da União, a Companhia protocolou pedido de adesão a este Novo Parcelamento em 30 de novembro de 2009 junto aos órgãos acima mencionados, que proporcionou o benefício da Lei em reduzir multas e juros com a compensação de prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de contribuição social, apuradas e permitidas na forma da lei.

**Outras Informações**

Segundo o inciso I do art. 11. da Lei nº 11.941/2009, a homologação da opção pelo Novo Parcelamento independe de apresentação de garantia ou arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal. No caso da Companhia, não existem garantias prestadas ou bens arrolados.

**(b) Parcelamento ANP**

Parcelamentos celebrados no exercício de 2015, através dos Processos Administrativos 486100045040561 e 486100204050118 e auto de infração 114.110.2012.33.39.4613.

**(c) Impostos Diferidos**

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social apurado pela Companhia no custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação.

**(d) Parcelamento da Lei 7.116/15 - ICMS**

Refere-se ao parcelamento da Lei 7.116/15 instituído pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro, no qual a Companhia ingressou como os valores pendentes de recolhimento até a data base de 30 de outubro de 2015 e valores que estavam em discussão judicial, cuja homologação ainda se encontra pendente.

**15. FORNECEDORES**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores (Recuperação Judicial) (i)	3.549	3.549	9.473	9.473
Fornecedores de Mercadorias	7.365	7.634	7.365	7.634
Fornecedores de uso e consumo e outros	5.257	3.658	5.978	4.488
<b>Subtotal</b>	<b>16.171</b>	<b>14.841</b>	<b>22.816</b>	<b>21.595</b>

(i) Fornecedores incluídos no pedido de recuperação judicial.

**16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Descrição	Controladora				
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2015
Contingências Trabalhistas	7.030	(540)	-	6.490	6.490
Contingências Cíveis	49.340	-	-	49.340	49.340
Contingências Fiscais	917	-	-	917	712.258
Precatório (i)	412.522	-	(412.522)	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>469.809</b>	<b>(540)</b>	<b>(412.522)</b>	<b>56.747</b>	<b>768.088</b>

Descrição	Consolidado				
	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2016	31.12.2015
Contingências Trabalhistas	10.461	(545)	-	9.916	9.916
Contingências Cíveis	63.675	-	-	63.675	63.675
Contingências Fiscais	72.750	(2.719)	-	70.031	805.135
Precatório (i)	458.464	-	(458.164)	300	300
<b>Não Circulante</b>	<b>605.350</b>	<b>(3.264)</b>	<b>(458.164)</b>	<b>143.922</b>	<b>879.026</b>





**(i)** A Companhia e suas controladas utilizaram precatórios durante os exercícios de 2007 a 2015 para compensação das obrigações fiscais - *estaduais*. Entretanto no intuito de preservar seu patrimônio diante de uma eventual execução fiscal<sup>(1)</sup>, passou a controlar em contas contábeis os direitos e obrigações já utilizados até sua homologação por parte das autoridades fiscais.

**(1)** *Eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade esta reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exeqüente equivale a dinheiro (Resp 365.095/ES, Resp 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS).*

O Grupo Manguinhos é parte envolvida em ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente na esfera tributária, que se encontra em vários estágios de julgamento. A Administração da Sociedade, de acordo com a Deliberação CVM no 489/05, adota procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Portanto para fazer face eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela Administração da Companhia e suas controladas, e por seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:



Descrição	Controladora		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>716.524</b>	<b>49.340</b>	<b>7.030</b>
(+) Adições	901	-	-
(-) Reversões	-	-	-
(+/-) Transferência	(716.109)	-	-
(-) Baixas por pagamento	(399)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>917</b>	<b>49.340</b>	<b>7.030</b>

Descrição	Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>811.574</b>	<b>63.675</b>	<b>10.461</b>
(+) Adições	901	-	-
(-) Reversões	-	-	-
(+/-) Transferência	(739.326)	-	-
(-) Baixas por pagamento	(399)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>72.750</b>	<b>63.675</b>	<b>10.461</b>

#### **Reclamações Trabalhistas (Controladora)**

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, além de discussões que envolvem principalmente horas extras e equiparações. Em 31 de dezembro de 2016 existem diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nas ações trabalhistas em andamento é de aproximadamente R\$ 11.888 mil. Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 7.030 mil referem-se à chance provável de perda e (II) R\$ 4.858 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

#### **Processos Cíveis (Controladora)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era ré de ações de natureza cível, cujo valor em andamento é de R\$ 67.444 mil. Do total da contingência, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 49.340 mil, refere-se à chance de perda provável e (ii) R\$ 18.104 mil refere-se à chance possível e remota de perda.



### **Processos Fiscais (Controladora)**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 1.303.555 mil. Do valor total da contingência fiscal, (i) R\$ 917 mil refere-se à chance provável de perda, em diversas ações; (ii) R\$ 191.525 mil refere-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 1.111.113 mil refere-se a contingências avaliadas em perdas remotas.

## **17. PASSIVO A DESCOBERTO (CONTROLADORA)**

### **17.1 Capital social realizado**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 208.713 mil (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e setenta e três mil), equivalente a 67.691.629 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove)

### **17.2 Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o montante de R\$ 19.752 mil refere-se a incentivos fiscais de R\$ 14.821 mil, Reserva especial – Lei nº 8.200/91 de R\$ 4.925 mil e doações de R\$ 6 mil.

### **17.3 Ações em tesouraria**

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2003, foi autorizado aquisição pela Companhia de ações próprias no montante de R\$224 mil. Em decorrência da baixa liquidez, essas ações podem não apresentar valor de mercado. A aquisição visa a possível permanência em tesouraria ou seu cancelamento.



## 18. RESULTADO BRUTO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>Receita Bruta de Venda</b>				
Gasolina A	1.566.118	1.389.771	1.566.119	1.389.771
Diesel	40.497	-	40.497	-
Álcool Hidratado	-	-	1.272	818
Serviços de Industrialização	11.355	2.318	11.355	2.318
	<b>1.617.970</b>	<b>1.392.089</b>	<b>1.619.243</b>	<b>1.392.907</b>
<b>Deduções</b>				
(-) Impostos incidentes de vendas	(906.784)	(673.526)	(907.199)	(673.784)
(-) Descontos Com. e Devoluções de vendas	(500)	(8.996)	(500)	(8.995)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>(710.686)</b>	<b>(709.569)</b>	<b>(711.544)</b>	<b>710.127</b>
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(900.082)	(834.939)	(900.659)	(834.435)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>(189.396)</b>	<b>(125.370)</b>	<b>(189.115)</b>	<b>(124.308)</b>

## 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Recursos Humanos	(43.282)	(14.530)	(43.782)	(14.989)
Serviços Prestados Pessoa Jurídica <b>(19.1)</b>	(59.972)	(35.184)	(62.224)	(36.024)
Materiais de Consumo	(16.495)	(1.778)	(16.496)	(1.792)
Consumo de Utilidades <b>(i)</b>	(2.507)	(1.899)	(2.708)	(2.025)
Depreciação e Amortização <b>(nota 12)</b>	(18.292)	(19.884)	(18.295)	(19.890)
Frete e Carretos	(47.150)	(75.964)	(47.240)	(76.011)
Impostos e Taxas <b>(19.3)</b>	(247.444)	(13.833)	(260.518)	(13.983)
Provisões Diversas <b>(19.2)</b>	-	(223)	(180)	(514)
Outras Despesas	(14.928)	(4.008)	(15.308)	(4.207)
	<b>(450.070)</b>	<b>(167.303)</b>	<b>(466.751)</b>	<b>(169.435)</b>

**(i)** Representado pelas despesas com Energia Elétrica e Água;

### 19.1. SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Serviços de Armazenagem	(26.313)	(16.859)	(26.313)	(16.859)
Serv.de Consultoria   Informática e Auditoria	(5.277)	(4.273)	(5.317)	(4.381)
Serviços Técnicos	(5.995)	(2.399)	(5.995)	(2.399)
Serviços de Manutenção e Consertos	(810)	(252)	(814)	(252)
Honorários Advocatícios	(17.084)	(9.069)	(19.113)	(9.728)
Outros	(4.493)	(2.332)	(4.672)	(2.405)
	<u>(59.972)</u>	<u>(35.184)</u>	<u>(62.224)</u>	<u>(36.024)</u>

### 19.2. PROVISÕES DIVERSAS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para Contingência	-	-	-	-
Provisão para Perdas em Investimentos	-	-	-	-
Provisão para Devedores Duvidosos	-	(223)	(180)	(514)
	<u>-</u>	<u>(223)</u>	<u>(180)</u>	<u>(514)</u>

### 19.3. IMPOSTOS E TAXAS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
IPTU	(311)	(295)	(407)	(383)
Impostos e taxas diversas (i)	(9.102)	(2.161)	(20.769)	(2.218)
Taxa AFRMM	(9.236)	(9.796)	(9.236)	(9.796)
Taxa Siscomex	(41)	(35)	(41)	(35)
Taxas com Importação	(31.440)	(1.347)	(31.440)	(1.347)
Despesas c/ ICMS parcelamento (ii)	(196.918)	-	(198.228)	-
Outros	(396)	(199)	(397)	(204)
	<u>(247.444)</u>	<u>(13.833)</u>	<u>(260.518)</u>	<u>(13.983)</u>

(i) Representado basicamente pela cobrança de algumas parcelas pendentes dos exercícios de 2008 | 2009 | 2010 | 2013 e 2014 do FORO pela utilização do terreno da União.

(ii) Refere-se aos valores incluídos no parcelamento da Lei nº 7.166/2015, que ainda se encontra pendente de homologação.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<b><u>Receitas financeiras</u></b>				
Descontos recebidos	328	6.088	328	6.090
Variações cambiais ativas	29.596	4.756	29.596	4.756
Aplicação Financeira	23	-	23	-
Juros ativos	2.630	-	2.630	-
	<b><u>32.577</u></b>	<b><u>10.844</u></b>	<b><u>32.577</u></b>	<b><u>10.846</u></b>
<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<b><u>Despesas financeiras</u></b>				
Despesas bancárias	(108)	(46)	(114)	(50)
Variações monetárias passivas	-	(24.098)	(105)	(24.128)
Variações cambiais passivas	(4.839)	(27.635)	(4.839)	(27.635)
Juros passivos (i)	(3.512)	(1.453)	(10.052)	(5.641)
Descontos condicionais (ii)	-	(139.508)	-	(139.508)
Outros	(54)	(1)	(58)	(5)
	<b><u>(8.513)</u></b>	<b><u>(192.741)</u></b>	<b><u>(15.168)</u></b>	<b><u>(196.967)</u></b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b><u>24.064</u></b>	<b><u>(181.897)</u></b>	<b><u>17.409</u></b>	<b><u>(186.121)</u></b>

(i) Refere-se a juros dos empréstimos e fornecedores.

(ii) Refere-se a desconto condicionado ao pagamento na data de vencimento, em decorrência da política de preços adotada sobre a venda da gasolina, sendo que seu preço de realização foi efetivado semelhante ao da Petrobrás.



## 21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<b><u>Outras Receitas Operacionais</u></b>				
Receitas com Precatório	62.629	-	62.629	-
Reversão de dívida	2.584	9	2.585	1.104
Ganho de estoque	17.678	-	17.678	-
Outros	151	2.642	2.091	3.585
	<b>83.042</b>	<b>2.651</b>	<b>84.983</b>	<b>4.689</b>

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>				
Diversos	(19)	(282)	(15)	(922)
Perda de Estoque	(7.436)	(2.243)	(7.436)	(3.744)
	<b>(7.455)</b>	<b>(2.525)</b>	<b>(7.451)</b>	<b>(4.666)</b>
	<b>75.587</b>	<b>126</b>	<b>77.532</b>	<b>23</b>

## 22. HONORÁRIOS DA DIRETORIA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Honorários da Diretoria	453	297	453	297
	<b>453</b>	<b>297</b>	<b>453</b>	<b>297</b>

De acordo com a lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembléia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores, procedimento cumprido conforme Ata de Assembleia Geral.



## **23. COMPROMISSO AMBIENTAL**

### **(a) Licença de Operação**

Em 12 de agosto de 2011 a “Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA”, no uso de suas atribuições concede licença de operação e recuperação, que teve sua validade prorrogada automaticamente, na forma do art. 28 do Decreto Estadual 44.280/2014, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, Óleo Combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta e recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

## **24. CERTIFICAÇÕES**

### **(a) Certificação NBR ISO 14001**

Em 06 de Outubro de 2011 a **REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A.** foi auditada pela Bureau Veritas Certification- Brasil e o seu Sistema de Gestão Ambiental foi recomendado para a certificação de acordo com os requisitos da NBR ISO 14001:2004, abrangendo o seguinte escopo: “Refino de Petróleo, comercialização de gasolina A, solventes especiais e outros combustíveis, estocagem de grânéis líquidos e recebimento de petróleo e seus derivados por duto, via terminal marítimo”.

## **25. GESTÃO DE RISCOS**

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

### **(a) Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio.

O índice de endividamento em 31 de dezembro são os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Dívida (*)	(2.803.680)	(1.929.238)
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	279.724	87.098
<b>Dívida líquida</b>	<b>(2.523.955)</b>	<b>(1.842.139)</b>
Patrimônio líquido	(2.154.064)	(1.589.018)
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>(4.678.019)</b>	<b>(3.431.158)</b>



(\*) A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante

**(b) Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia não vem observando problemas de não realização relevantes e mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela sua administração para cobrir possíveis perdas.

**(c) Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia elabora uma análise dos fluxos de caixa projetados e periodicamente revisa as obrigações assumidas.

	<u>Menos de 1 Mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses em diante</u>	<u>Total</u>
<b><u>31 de Dezembro de 2016</u></b>				
Caixa Equivalência de Caixa	1	-	-	1
Contas a receber de clientes	186.521	46.668	17.693	250.882
Fornecedores	(12.622)	-	(3.549)	(16.171)
	<b><u>173.990</u></b>	<b><u>46.668</u></b>	<b><u>14.144</u></b>	<b><u>234.712</u></b>
<b><u>31 de Dezembro de 2015</u></b>				
Caixa Equivalência de Caixa	1	-	-	1
Contas a receber de clientes	37.298	5.790	17.693	60.781
Fornecedores	(11.292)	-	(3.549)	(14.841)
	<b><u>26.007</u></b>	<b><u>5.790</u></b>	<b><u>14.144</u></b>	<b><u>45.591</u></b>

**(d) Outros tipos de instrumentos financeiros**

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2016, tampouco, realizou operação com derivativos financeiros no trimestre findo em 31 de dezembro de 2015.





## **26. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não é de nosso conhecimento qualquer evento, subsequente à data do encerramento do exercício até a presente data, que possa afetar a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período, impedindo a continuidade normal das atividades da Companhia.

\* \* \*